

**ADVOGADO**

**Caderno de Questões**

**27 de abril de 2014**

RASCUNHO  
RASCUNHO  
RASCUNHO  
RASCUNHO  
RASCUNHO

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Um homem leal (fragmento)

Apaguemos a lanterna de Diógenes: achei um homem. Não é príncipe, nem eclesiástico, nem filósofo, não pintou uma grande tela, não escreveu um belo livro, não descobriu nenhuma lei científica. (...)

Não, o homem que achei não é nada disso. É um barbeiro, mas tal barbeiro que, sendo barbeiro, não é exatamente barbeiro. Perdoai a logomaquia; o estilo ressentido-se da exaltação da minha alma. Achei um homem. Se aquele cínico Diógenes pode ouvir, do lugar onde está, as vozes cá de cima, deve cobrir-se de vergonha e tristeza; achei um homem. E importa notar que não andei atrás dele. Estava em casa muito sossegado, com os olhos nos jornais e o pensamento nas estrelas, quando um pequenino anúncio me deu rebate ao pensamento, e este desceu mais rápido que o raio até o papel. Então li isto: “Vende-se uma casa de barbeiro fora da cidade, o ponto é bom e o capital diminuto; o dono vende por não entender...”

Eis aí o homem. Não lhe ponho o nome, por não vir no anúncio, mas a própria falta dele faz crescer a pessoa. O ato sobra. Essa nobre confissão de ignorância é um modelo único de lealdade, de veracidade, de humanidade. (...)

Crônica - A Semana - 1896 - 26 de julho [188] - página 717.  
MACHADO DE ASSIS - OBRAS COMPLETAS - VOLUME III  
Companhia José Aguilar Editora, Rio de Janeiro, 1973.

(logomaquia - discussão acerca do sentido ou origem de uma palavra)

**01.** O autor admira e elogia no homem do anúncio o fato de ele

- (A) vender a barbearia a outra pessoa mais necessitada.
- (B) exercer honestamente a profissão de barbeiro.
- (C) vender a barbearia por não gostar do ofício.
- (D) confessar que não entendia do ofício.
- (E) não querer mais trabalhar em nenhum ofício.

**02.** A oração em que a conjunção destacada possui valor semântico de oposição é

- (A) “Não é príncipe, **nem** eclesiástico, **nem** filósofo, não pintou uma grande tela, não escreveu um belo livro...”
- (B) “É um barbeiro, **mas** tal barbeiro que, sendo barbeiro, não é exatamente barbeiro.”
- (C) “**Se** aquele cínico Diógenes pode ouvir, do lugar onde está, as vozes de cá de cima...”
- (D) “deve cobrir-se de vergonha **e** de tristeza: achei um homem.”
- (E) “Não, o homem **que** achei não é nada disso.”

**03.** Depreende-se o sentido denotativo na frase:

- (A) achei que ele tinha mãos estúpidas e olhos traiçoeiros;
- (B) o vento varreu sua vontade de continuar como barbeiro;
- (C) fiz uma cara assustada quando li o anúncio e ela sorriu;
- (D) um grito de café fresco animou o escritor, que logo o bebeu;
- (E) ele viverá um momento doce quando vender a barbearia.

**04.** Baseando-se no sistema ortográfico em vigor, as palavras **troféus** e **heróis** são acentuadas pela mesma regra ortográfica que:

- (A) histórias;
- (B) após;
- (C) árduo;
- (D) álbum;
- (E) papéis.

**05.** O item em que o prefixo da palavra apresentada possui o mesmo significado do prefixo “in” em **ingerir** é

- (A) desonestidade.
- (B) ilegalidade.
- (C) impregnado.
- (D) independente.
- (E) afônico.

06. Tendo como base as normas gramaticais para a formação do plural dos substantivos, pode-se afirmar que está correta a flexão em número do substantivo composto em:

- (A) abaixos-assinados;
- (B) guardas-civil;
- (C) mulas-sem-cabeças;
- (D) cabras-cegas;
- (E) pés-de-moleques.

07. O verbo em destaque apresenta sua flexão e ortografia, concomitantemente, em consonância com a norma culta da Língua Portuguesa na frase:

- (A) a barbearia **valhe** mais que o valor anunciado;
- (B) quando eu **vir** o barbeiro, o cumprimentarei pela sua decisão;
- (C) **perdo** dinheiro, mas vendo meu negócio;
- (D) se ele **mantesse** a palavra não venderia a barbearia;
- (E) o anunciante **possue** outros estabelecimentos.

08. A oração em que tanto o emprego do pronome pessoal oblíquo quanto o emprego, ou não, da crase seguem as regras gramaticais é

- (A) Eu lhe vi ontem na cidade, quando a deixei.
- (B) Me entregaram o convite e a você também.
- (C) Lhe cumprimentei educadamente e à atendente.
- (D) Fui aquela concessionária e a encontrei com o filho.
- (E) Solicito a V. S<sup>a</sup> que me entregue o documento.

09. Tendo como fundamento o padrão culto da Língua, a concordância nominal e a verbal estão corretas em:

- (A) a sala estava meia escura, mas, com certeza, havia menos pessoas;
- (B) a sala estava meio escura, mas, com certeza, havam menos pessoas;
- (C) a sala estava meio escura, mas, com certeza, havia menos pessoas;
- (D) a sala estava meia escura, mas, com certeza, havam menos pessoas;
- (E) a sala estava meio escura, mas, com certeza, havia menos pessoas.

10. A oração em que, simultaneamente, o emprego, ou não, da vírgula e a regência do verbo sublinhado estão em conformidade com as regras gramaticais é

- (A) O profissional do anúncio visava apenas à venda do estabelecimento e não se interessava em lucrar.
- (B) O autor do texto foi na cidade comprar jornal, pão e leite, e encontrou um amigo.
- (C) O barbeiro disse que os interessados em responder o anúncio, irão procurá-lo.
- (D) Machado de Assis, ao ler o anúncio, simpatizou-se com o homem que vendia a sua barbearia.
- (E) O barbeiro chegou cedo na barbearia, mas seu auxiliar não compareceu ao trabalho.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Das seguintes sentenças abaixo, a única que não é uma proposição lógica é

- (A) O sol gira em torno da Terra.
- (B) Paris é a capital da França.
- (C) Química é uma ciência.
- (D) Execute seu trabalho com atenção.
- (E) O Brasil possui 5 regiões.

12. Sejam os conjuntos  $A = \{-1, 0, 1, 2\}$ ;  $B = \{1, 2, 3, 4, 5\}$ ;  $C = \{6, 7\}$  e  $D = \{4, 6, 8, 10\}$ . O conjunto que representa a operação  $(B - A) \cup (C \cap D)$  corresponde a:

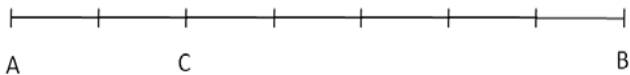
- (A)  $\{3, 4, 5, 6\}$ ;
- (B)  $\{2, 3, 4\}$ ;
- (C)  $\{4, 5, 6, 7\}$ ;
- (D)  $\{4, 5, 6\}$ ;
- (E)  $\{3, 4, 5\}$ .

13. Num festival de música com as bandas A, B e C compareceram 7300 pessoas. Dessas pessoas, 810 assistiram somente a banda A; 600 assistiram somente a banda C; 470 assistiram somente as bandas A e B; 980 assistiram somente as bandas B e C; 1040 assistiram somente as bandas A e C e 2320

assistiram as bandas A, B e C. O número de pessoas que assistiram somente a banda B é

- (A) 860.
- (B) 940.
- (C) 960.
- (D) 1040.
- (E) 1080.

14. Considere o segmento de uma estrada dividido em sete partes iguais:



Se as posições dos carros A e B são, respectivamente, 110 km e 159 km, então a posição do carro C, em km, é

- (A) 118.
- (B) 124.
- (C) 130.
- (D) 132.
- (E) 140.

15. Considerando a sequência de vocábulos LITORAL - SETEMBRO - IGUAL - "X", a alternativa lógica que substitui X corresponde a:

- (A) ligeira;
- (B) goiaba;
- (C) recebe;
- (D) caro;
- (E) toca.

16. Marque a alternativa que é logicamente aceita de acordo com a afirmação abaixo:

Somente se amanhã for feriado, Lucas viajará hoje. Amanhã não será feriado então

- (A) Lucas não viajará amanhã.
- (B) Lucas viajará hoje.
- (C) É possível que Lucas viaje amanhã.
- (D) Lucas viajará amanhã.
- (E) É possível que Lucas viaje hoje.

17. Quatro amigos João, Paulo, Luis e Pedro caminham em fila. Paulo é o primeiro da fila, tem 25 anos e é o mais velho. Pedro é o terceiro da fila e é o mais novo. Luis caminha após Pedro, tem um ano a menos que Paulo e um ano a mais que João. Sabendo ainda que todos os amigos têm idades diferentes, pode-se afirmar que:

- (A) Pedro é o terceiro da fila e tem 23 anos;
- (B) João é o segundo da fila e tem 23 anos;
- (C) Luis é o último da fila e tem 22 anos;
- (D) Luis é o segundo da fila e tem 24 anos;
- (E) João é o último da fila e tem 23 anos.

18. Uma mercadoria que custava X sofreu um aumento de 10 % e depois o novo preço foi novamente aumentado em 20 %. O desconto percentual que se deve dar, aproximadamente, para que a mercadoria volte a custar X corresponde a:

- (A) 76;
- (B) 56;
- (C) 44;
- (D) 38;
- (E) 24.

19. Observe os seguintes pares de números: (11,18); (23,28), (33,38); (41,48) e (53,58). O par que não apresenta a característica comum observada nos outros é

- (A) (11,18).
- (B) (23,28).
- (C) (33,38).
- (D) (41,48).
- (E) (53,58).

20. A idade que uma pessoa tem hoje corresponde à diferença entre a terça parte da idade que ela terá daqui a 27 anos e a metade da idade que ela tinha há 10 anos. É correto afirmar que a idade, em anos, dessa pessoa hoje é

- (A) 12.
- (B) 13.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 16.

## DIREITO

21. Determinada construtora sagra-se vencedora numa licitação para a reforma do hall de acesso de uma autarquia estadual. O contrato foi assinado no dia 30 de abril, com duração até 30 de outubro daquele mesmo ano. Iniciada a execução do contrato, a Administração constata a necessidade de alteração no projeto original, a fim de incluir uma rampa de acesso para deficientes físicos. Com base na hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta:

- (A) a alteração do projeto, pela Administração, autoriza a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mas não a prorrogação do prazo de entrega da obra;
- (B) a alteração do projeto, pela Administração, autoriza a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e também a prorrogação do prazo de entrega da obra;
- (C) os concorrentes que perderam a licitação podem questionar a validade da alteração, exigindo a realização de novo procedimento licitatório para a totalidade da obra;
- (D) os concorrentes que perderam a licitação podem questionar a validade da alteração, exigindo a realização de novo procedimento licitatório para a construção da rampa de acesso para deficientes físicos;
- (E) havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado (o que aconteceu no caso narrado no enunciado), a Administração não precisa restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 65, p. 6º, da Lei 8.666/93).

22. Não configura, segundo a doutrina dominante, elemento ou requisito do ato administrativo:

- (A) a forma
- (B) o objeto
- (C) a finalidade
- (D) a discricionariedade
- (E) o motivo

23. Sobre os princípios da Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública pode, por meio de simples ato administrativo, criar obrigações ou impor vedações, desde que a lei não as proíba;
- (B) a regra do parágrafo 1.º, do artigo 37 da CF, que proíbe a publicidade de atos de governo que se caracterizem como promoção pessoal do administrador, é consequência do princípio da eficiência;
- (C) os princípios da moralidade, da razoabilidade e da eficiência necessitam de regulamentação legal para que sejam aplicáveis a casos concretos;
- (D) o princípio da publicidade veda em qualquer hipótese seja atribuído sigilo aos atos praticados pela Administração Pública;
- (E) nos termos da Constituição brasileira de 1988, a administração pública segue os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

24. Quanto aos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) os atos administrativos podem ser convalidados se os vícios forem referentes aos motivos e à finalidade;
- (B) convalidação ou saneamento é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em ato ilegal, com efeitos *ex nunc*;
- (C) a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos;
- (D) a revogação é o instrumento pelo qual a Administração Pública promove a retirada de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade, tendo como pressuposto o interesse público, produzindo efeitos *ex nunc*;
- (E) a licença é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, por meio do qual a administração faculta ao particular o desempenho de uma atividade que, sem esse consentimento, seria legalmente proibida.

25. Sobre improbidade administrativa, na forma como disciplinada em legislação federal, é correto dizer que:

- (A) é possível se falar em improbidade administrativa para atos que não importem enriquecimento ilícito e não tenham causado prejuízo ao erário;
- (B) tecnicamente, somente o servidor público pode praticar atos de improbidade administrativa;
- (C) a regra de que o sucessor responde por dívidas do sucedido não se aplica a hipóteses de improbidade administrativa, dada a natureza personalíssima da responsabilidade pelos atos envolvidos;
- (D) em vista à gravidade dos atos de improbidade administrativa, o legislador federal optou por tornar as ações respectivas imprescritíveis, o que deu azo a duras críticas pela doutrina e jurisprudência pátrias;
- (E) ao crime de improbidade administrativa, a lei prevê punições de caráter penal, nos termos da lei nº 8.429/92.

26. Sobre a delegação de competência administrativa, assinale a alternativa correta:

- (A) é possível a delegação da decisão de recursos administrativos, ainda que não o seja para atos de caráter normativo;
- (B) em vista da necessidade de segurança jurídica aos atos da Administração, não se admite, em regra, que o ato de delegação seja revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante;
- (C) se não houver impedimento legal, e for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, é possível a um órgão administrativo delegar parte de sua competência a outro órgão, ainda que este não lhe seja hierarquicamente subordinado;
- (D) as decisões adotadas por delegação consideram-se editadas pelo delegante;
- (E) não há a necessidade, como regra, de que o ato de delegação e o de sua revogação sejam publicados no meio oficial.

27. Sobre a emancipação civil **NÃO** é correto afirmar:

- (A) a emancipação de menores é um mecanismo legal através do qual uma pessoa abaixo da idade da maioridade civil, o incapaz ou relativamente capaz, adquire certos direitos civis, geralmente idênticos àqueles dos absolutamente capazes. A extensão dos direitos adquiridos, assim como as proibições

remanescentes, variam de acordo com a legislação local;

- (B) a emancipação pode se dar a partir dos 16 anos, pela simples vontade dos pais (chama-se a isso direito potestativo), mediante registro em escritura pública, bastando o comparecimento do menor acompanhado dos pais a um cartório;
- (C) a emancipação também pode ocorrer a partir dos 16 anos, e independente da vontade dos pais, pelo estabelecimento de economia própria (negócio próprio legalizado ou trabalho com carteira assinada);
- (D) a emancipação também pode ocorrer pelo casamento, sendo que a partir dos 16 anos, mediante autorização necessária dos pais e abaixo dos 16 anos, excepcionalmente, nos casos de gravidez, sem limite de idade;
- (E) emancipação, no Brasil, abrange a responsabilidade civil e também responsabiliza o emancipado penalmente, já a partir dos 16 anos.

28. Como uma empresa de Sociedade de Economia Mista responderá na Justiça por danos causados a um consumidor:

- (A) a sua responsabilidade no caso é subjetiva, havendo a necessidade de provar-se o nexo entre o dano e a culpa do agente;
- (B) a sua responsabilidade é objetiva, ou seja, independe da aferição de culpa ou de gradação de envolvimento do agente causador do dano;
- (C) a sua responsabilidade é subsidiária, ou seja, caso prove o dano perpetuado pelo agente, ele responderá por este e a empresa apenas de forma subsidiária;
- (D) a sua responsabilidade é objetiva, havendo a necessidade de provar-se o nexo entre o dano e a culpa do agente;
- (E) a sua responsabilidade no caso é subjetiva, independente da aferição de culpa ou de gradação de envolvimento do agente causador do dano.

**29.** Segundo a doutrina, são pressupostos de validade do negócio jurídico:

- (A) a manifestação de vontade; agente emissor de vontade; objeto; forma;
- (B) agente emissor de vontade capaz e legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou determinável; forma;
- (C) manifestação de vontade livre; agente emissor de vontade capaz e legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou determinado, ou forma legalmente prescrita ou não defesa em lei;
- (D) manifestação de vontade de boa-fé; agente legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou juridicamente determinável;
- (E) manifestação de vontade livre; agente emissor de vontade, capaz e legitimado para o negócio; qualquer objeto, até o impossível e indeterminado; forma legalmente prescrita ou não defesa em lei.

**30.** Sobre a prescrição e a decadência é correto afirmar que:

- (A) o juiz reconhecerá de ofício a prescrição. Já a decadência apenas poderá ser reconhecida pelo Juiz se for arguida pela parte a quem aproveite;
- (B) salvo disposição legal em contrário, a decadência não se impede, não se suspende e não se interrompe. Ademais, sabe-se que em face de absolutamente incapaz não corre nem prescrição e nem decadência;
- (C) é possível a renúncia à decadência fixada em lei, bem como à prescrição. Em ambos os casos, há de se esperar a consumação do prazo e a conduta não poderá gerar prejuízo a terceiros;
- (D) tanto os prazos decadenciais como os prescricionais estão fixados em lei, não sendo possível às partes pactuar prazo diverso;
- (E) enquanto a decadência é a perda da pretensão (de reivindicar esse direito por meio da ação judicial cabível), a prescrição é a perda do direito em si por não ter sido exercido num período de tempo razoável.

**31.** Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito. Esta norma jurídica consubstancia o princípio da obrigatoriedade:

- (A) da jurisdição a ser prestada;
- (B) da ação a ser proposta;
- (C) da lei a ser aplicada;
- (D) do impulso oficial por parte do juiz;
- (E) da boa fé.

**32.** Os contratos para serem válidos têm de obedecer aos seguintes requisitos:

- (A) capacidade dos contratantes, mútuo consenso, objeto possível e forma;
- (B) capacidade dos contratantes, sem necessidade mútuo consenso (vide o contrato de adesão), objeto possível e forma;
- (C) capacidade dos contratantes, mútuo consenso e objeto possível. A forma não é requisito, pois poderá ser celebrado inclusive na forma verbal;
- (D) capacidade dos contratantes, mútuo consenso, forma e objeto, que poderá não ser, a priori, possível, mas se vier a sê-lo tornará o contrato válido;
- (E) capacidade dos contraentes, mútuo consenso, objeto possível e forma.

**33.** O legislador estabeleceu que, salvo se o negócio jurídico impuser forma especial, o fato jurídico poderá ser provado por meio de testemunhas, perícia, confissão, documento e presunção. Partindo do tema “meios de provas”, e tendo o Código Civil como aporte, assinale a afirmativa correta:

- (A) na escritura pública admite-se que, caso o comparecente não saiba escrever, outra pessoa capaz e a seu rogo poderá assiná-la;
- (B) a confissão é revogável mesmo que não decorra de coação e é anulável se resultante de erro de fato;
- (C) a prova exclusivamente testemunhal é admitida, sem exceção, qualquer que seja o valor do negócio jurídico;
- (D) a confissão é pessoal e, portanto, não se admite que seja feita por um representante, ainda que respeitados os limites em que este possa vincular o representado;
- (E) o ônus da prova incumbe: ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Não podendo, em hipótese alguma, ser decretada a inversão do ônus da prova pelo Magistrado.



**34.** Sobre os Embargos de Declaração e a Apelação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) os Embargos de Declaração tem o caráter de eliminar a existência de uma possível obscuridade, omissão ou contradição de decisão judicial;
- (B) os Embargos de Declaração devem ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação da decisão obscura, omissa ou em contradição à decisão judicial, enquanto a Apelação deve ser interposta no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação da sentença;
- (C) a Apelação só deve ser interposta de sentença que julgar o mérito da ação;
- (D) os Embargos de Declaração interrompem o prazo de outro recurso;
- (E) na Apelação, o juiz de primeiro grau deve se manifestar analisando os requisitos de admissibilidade que são: o cabimento, a legitimidade e o interesse recursal, a inexistência de fato extintivo ou impeditivo, a tempestividade, a regularidade formal e o pagamento das custas processuais.

**35.** De acordo com a doutrina, recurso é todo meio voluntário de impugnação apto a propiciar ao recorrente resultado mais vantajoso. Em alguns casos, fenômenos processuais impedem o caminho natural de um recurso. Quando a parte se manifesta, esclarecendo que não deseja recorrer, estamos diante do fenômeno processual conhecido como:

- (A) Preclusão.
- (B) Desistência.
- (C) Deserção.
- (D) Renúncia.
- (E) Prescrição.

**36.** De uma sentença sem julgamento do mérito em ação que tramita pelo procedimento sumário em sede de Vara Cível, qual seria o recurso cabível:

- (A) Agravo de Instrumento;
- (B) Apelação;
- (C) Agravo Regimental;
- (D) Recurso Inominado;
- (E) Embargos de Declaração;

**37.** Em sede de Juizado Especial Cível o que não é cabível da relação citada abaixo:

- (A) Litisconsórcio no polo passivo da ação;
- (B) Litisconsórcio no polo ativo da ação;
- (C) A Interposição de Recurso Inominado;
- (D) A denúncia à lide;
- (E) Os Embargos de Declaração;

**38.** Como se inicia a Execução Judicial de Título Executivo com débito a ser quitado, na forma do art. 475-J do CPC:

- (A) o devedor tem os seus bens penhorados, sem a sua ciência, e abre-se prazo de 15 (quinze) dias para que interponha a Impugnação à Execução, se assim desejar;
- (B) o devedor é intimado a pagar em 15 (quinze) dias o valor do débito apontado pelo Exequente, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de ter os seus bens penhorados;
- (C) o devedor é intimado a pagar em 15 (quinze) dias o valor do débito ou apresentar Impugnação à Execução;
- (D) o devedor é intimado a quitar o débito em 30 (trinta) dias, e caso não o faça poderá apresentar planilha contestado o débito executado;
- (E) o devedor tem os seus bens penhorados, sem a sua ciência, e abre-se prazo de 15 (quinze) dias para que interponha a Impugnação à Execução, que só será conhecido se antes assegurar o Juízo.

**39.** Quais destes é um instrumento, em regra, do Processo Legislativo destinado ao exercício das competências privativas constitucionais do Senado Federal:

- (A) Decreto.
- (B) Resolução.
- (C) Decreto-Lei.
- (D) Decreto Legislativo.
- (E) Portaria.

40. O Poder Legislativo pode criar uma Lei Ordinária contrária à súmula vinculante editada pelo STF?

- (A) Não, pois o STF é o guardião da Constituição.
- (B) Não, pois a Súmula vincula todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- (C) Sim, pois a súmula não obrigada a Administração Pública.
- (D) Sim, pois a função legiferante do Estado não está vinculada ao teor da Súmula.
- (E) Não, pois seria inconstitucional.

41. A Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão estão regulamentadas no âmbito infraconstitucional pela lei 9.868/99, que dispõe sobre o processo e julgamento destas ações perante o Supremo Tribunal Federal. Tomando por base o constante da referida lei, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) podem propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão os mesmos legitimados para propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade;
- (B) cabe, no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade, a concessão de medida cautelar;
- (C) as decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade e em Ação Declaratória de Constitucionalidade possuem o chamado “efeito dúplice”;
- (D) enquanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade não admitem desistência, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão admite a desistência a qualquer tempo;
- (E) a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão não admitem desistência.

42. Assinale a alternativa correta no que se refere ao controle concentrado da constitucionalidade:

- (A) a ação direta contra lei municipal poderá ser ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF);
- (B) a declaração de inconstitucionalidade sempre produzirá efeitos *ex nunc*;
- (C) a ação direta contra lei estadual somente será julgada no tribunal de justiça local;
- (D) não há previsão constitucional para o julgamento de ação direta no âmbito dos tribunais regionais federais (TRFs);
- (E) controle constitucional só poderá ser feito por via principal ou ação direta.

43. Sobre as normas constitucionais sobre o meio ambiente, assinale a alternativa correta:

- (A) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (B) a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal, excluídos os municípios;
- (C) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal ou estadual, sem a qual não poderão ser instaladas;
- (D) a Constituição veda a crueldade contra os animais, mas esta norma tem aplicabilidade limitada, dependendo de regulamentação;
- (E) incumbe ao poder público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de ato do Poder Executivo no exercício do poder de polícia administrativa.

**44.** Em relação à remuneração, aponte a alternativa correta:

- (A) o pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, adicionais e gratificações;
- (B) a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual;
- (C) não serão consideradas como salário as utilidades concedidas pelo empregador referentes à educação em estabelecimento de ensino próprio, com exceção da educação oferecida em estabelecimento de terceiros;
- (D) a assistência médica, hospitalar e odontológica, quando prestada diretamente pelo empregador, será considerada como salário, para todos os efeitos previstos em lei;
- (E) integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.

**45.** Quanto à quitação das parcelas discriminadas no instrumento de rescisão ou recibo de quitação do contrato de trabalho, é correto afirmar que o pagamento deverá ser realizado:

- (A) até o quinto dia útil imediato ao término do contrato;
- (B) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento;
- (C) no décimo dia útil, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento;
- (D) no primeiro dia útil, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento;
- (E) até o décimo dia útil imediato ao término do contrato.

**46.** Quanto aos direitos especificamente assegurados à mulher trabalhadora, tendo em vista a proteção por diferença de gênero, aponte a alternativa correta:

- (A) terá direito ao intervalo de 12 (doze) horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso, entre 2 (duas) jornadas de trabalho;
- (B) em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 10 (dez) minutos, no mínimo, após o início do período extraordinário de trabalho;
- (C) havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical;
- (D) em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório descanso de 30 (trinta) minutos, no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho;
- (E) descanso semanal remunerado de 35 (trinta e cinco) horas consecutivas que deverá coincidir, no todo ou em parte com o domingo.

**47.** Em relação à representação sindical e à defesa dos interesses coletivos pela entidade sindical, marque a alternativa correta:

- (A) aos trabalhadores e empregadores, por meio de seus sindicatos, é assegurada a participação nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação;
- (B) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical, independentemente da contribuição prevista em lei;
- (C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
- (D) ao sindicato cabe somente a defesa dos interesses coletivos da categoria, em questões judiciais ou administrativas;
- (E) podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, entre outros, a federação sindical de âmbito nacional.

**48.** Quantos aos efeitos dos recursos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- (A) o efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, fixado no artigo 515, § 1º, do CPC, transfere ao Tribunal o exame dos fundamentos da inicial ou da defesa, não examinados apreciados na sentença, ainda que não renovados em contrarrazões;
- (B) o recurso interposto por um dos litisconsortes aproveita aos demais, tanto no litisconsórcio unitário quanto no facultativo;
- (C) a antecipação da tutela concedida na sentença somente por ter efeito suspensivo decretado pela via do mandado de segurança;
- (D) em se tratando de execução provisória, não fere o direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro quando indicados outros bens à penhora;
- (E) fere direito líquido e certo do devedor o prosseguimento da execução até a completa satisfação do credor quanto aos títulos e valores não discutidos no agravo de petição.

**49.** De acordo com a legislação em vigor, são atos próprios do registro público de empresas:

- (A) a matrícula de atos constitutivos de sociedades empresárias, o arquivamento de atos constitutivos de sociedades anônimas e a autenticação dos instrumentos de escrituração dos agentes auxiliares do comércio;
- (B) a matrícula de leiloeiros, o arquivamento de atos constitutivos de sociedades em comandita por ações e a autenticação dos instrumentos de escrituração empresarial;
- (C) a matrícula de tradutores públicos, o arquivamento de documentos relativos à constituição de firmas individuais e a autenticação de atos constitutivos de sociedade simples;
- (D) a matrícula de escrituração empresarial, o arquivamento de atos constitutivos de sociedades por ações e a autenticação feita por tradutores públicos;

(E) A matrícula é o ato de registro ligado a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas registradas e dos agentes auxiliares do comércio, garantindo sua veracidade e que aquele documento foi apresentado naquela data à Junta Comercial, sendo condição de regularidade dos documentos (livros empresariais e balanços).

**50.** Assinale a alternativa correta com relação à sociedade em comum:

- (A) enquanto não forem arquivados os atos constitutivos, a sociedade anônima rege-se pelas normas da sociedade em comum;
- (B) a sociedade em comum constitui um tipo societário elegível pelas partes e passível de ser levado a registro como tal;
- (C) enquanto não levados a registro os atos constitutivos de uma sociedade simples, a esta se aplicam as normas da sociedade em comum;
- (D) os bens e dívidas da sociedade em comum constituem patrimônio especial, titularizado e gerido exclusivamente pelo respectivo sócio-administrador;
- (E) na sociedade comum, na relação interna dos sócios, e nas relações dos sócios com terceiros, a sociedade só pode ser comprovada por qualquer meio.

**51.** Salvo estipulação em contrário, o sócio, cuja contribuição consiste em prestação de serviços, somente participa dos lucros:

- (A) na proporção da média do valor das quotas;
- (B) na proporção da respectiva quota;
- (C) em proporção fixa;
- (D) pode ser excluído da participação dos lucros;
- (E) em proporção a ser definida.

**52.** Analise as afirmativas abaixo, concernentes ao direito de empresa:

I - As cooperativas são sociedades de pessoas, pois a realização do objeto social depende dos atributos individuais dos sócios e não da contribuição material que investem.

II - Nas sociedades de pessoas a cessão da participação depende da anuência dos demais sócios.

III - A existência da sociedade de fato pode ser provada por terceiros a partir de qualquer meio de prova, e permite a responsabilização dos sócios solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

IV - A natureza da sociedade importa diferenças no tocante à alienação da participação societária, à sua penhorabilidade por dívida particular do sócio e à questão da sucessão por morte.

Diante das assertivas supra, assinale as afirmativas verdadeiras:

- (A) apenas II e IV;
- (B) apenas a III;
- (C) apenas I e III;
- (D) todas;
- (E) nenhuma.

**53.** No que se refere aos títulos de crédito, marque alternativa correta:

- (A) o pagamento de uma letra de câmbio ou de uma nota promissória não pode ser, no todo ou em parte, garantido por aval;
- (B) o sacado pode pedir que a letra lhe seja apresentada uma segunda vez, no dia seguinte ao dia de sua primeira apresentação. É o chamado "prazo de respiro";
- (C) todas as ações contra o aceitante, relativas as letras de câmbio, prescrevem em 3 (três) anos, a contar do seu vencimento. Tal previsão não se aplica as notas promissórias, uma vez que a ação cambiária contra o aceitante, neste caso, prescreve em 1 (um) ano;
- (D) o aceite na letra de câmbio é puro e simples, de modo que não se admite o aceite parcial por parte do sacado;
- (E) a nota promissória poderá não indicar o nome do sacado, permitindo-se, nesse caso, saque ao portador.

**54.** Assinale a alternativa correta no que diz respeito a invenção e modelo de utilidade realizado por empregado ou prestador de serviço:

- (A) a invenção pertence exclusivamente ao empregador quando decorrer de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva;
- (B) o empregador, titular da patente, é obrigado a conceder ao empregado autor de invento participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente;
- (C) a invenção pertence, em regra, exclusivamente ao empregador quando decorrer de contrato de estágio cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ainda que aquela seja resultado de contribuição pessoal do estagiário;
- (D) considera-se desenvolvida pelo empregado, em regra, a invenção cuja patente tenha sido por ele requerida até o prazo de um ano após a extinção do vínculo empregatício;
- (E) a invenção pertence exclusivamente ao empregado quando decorrer de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva.

**55.** Sobre os requisitos essenciais do contrato de sociedade podemos afirmar:

- (A) são três os requisitos essenciais do contrato de sociedade: a contribuição dos sócios, o exercício em comum de certa atividade econômica que não seja de mera fruição e a repartição dos lucros;
- (B) podem constituir-se sociedades para fins indeterminados;
- (C) a contribuição dos sócios consistente apenas em bens;
- (D) a morte do sócio produz uma consequência legal: a obrigação da sociedade liquidar a quota em benefício dos demais sócios;
- (E) A cláusula leonina torna nulo todo o contrato.

**56.** O prazo para o devedor apresentar contestação ao requerimento de falência é de:

- (A) vinte e quatro horas;
- (B) quarenta e oito horas;
- (C) dez dias;
- (D) quinze dias;
- (E) sessenta dias.

**57.** Por disposição expressa do Código Tributário Nacional (CTN), deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- (A) Compensação de tributos;
- (B) Outorga de isenção;
- (C) Consignação em pagamento;
- (D) Prescrição e decadência;
- (E) Decadência.

**58.** Assinale a alternativa correta a respeito das garantias e privilégios do crédito tributário:

- (A) o rol das garantias do crédito tributário, previsto no CTN, é taxativo;
- (B) todos os bens do sujeito passivo respondem pelo crédito tributário, mesmo os hipotecados ou penhorados, salvo se o ônus real for anterior à constituição do respectivo crédito;
- (C) reputam-se extraconcursais os créditos tributários passíveis de concurso de preferências entre as pessoas jurídicas de direito público;
- (D) em quaisquer hipóteses, o crédito tributário tem preferência em relação ao crédito com garantia real;
- (E) o rol das garantias do crédito tributário, previsto no CTN, é exemplificativo.

**59.** De acordo com a legislação tributária que dispõe a respeito do processo administrativo fiscal, o procedimento fiscal tem início:

- (A) trinta dias após o despacho aduaneiro de mercadoria importada;

(B) no momento em que decidir o fiscal de tributos, a seu livre arbítrio;

(C) com a apreensão de mercadorias, documentos ou livros;

(D) apenas com a lavratura do auto de infração;

(E) quinze dias após a apreensão de mercadorias, documentos ou livros.

**60.** Julgue os itens seguintes, que versam acerca de receita e despesas públicas, à luz do que estabelece a Lei nº. 4.320/1964:

(A) considerando que as modalidades de empenho classificam-se em ordinário, global e por estimativa, a modalidade de empenho ordinário diz respeito a inúmeros tipos de gastos operacionais das repartições, como fretes e passagens;

(B) conforme a categoria econômica da receita ou da despesa pública, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a custear despesas de capital podem ser considerados receitas de capital;

(C) os juros da dívida pública e a concessão de empréstimos são classificados como despesas de capital;

(D) as despesas com obras públicas e as subvenções sociais são classificadas como despesas correntes;

(E) a dívida ativa constitui-se dos passivos da fazenda pública, para com terceiros, não pagos no vencimento, que são inscritos em registro próprio, após apurada sua exigibilidade.

### QUESTÃO DISCURSIVA

A sociedade Agricultura Goytacaz Ltda. tem como objeto social descrito no Estatuto o cultivo de cana-de-açúcar no município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Tratando-se de sociedade limitada, tem-se como afirmar, à luz do novo Código Civil, se a sociedade em tela é simples ou empresária? Fundamente sua resposta, descrevendo inicialmente a distinção entre as aludidas sociedades.

RASCUNHO  
RASCUNHO  
RASCUNHO  
RASCUNHO  
RASCUNHO

## INSTRUÇÕES

1. Ao receber o caderno de questões, verifique, de imediato, na capa, se a prova corresponde ao tipo de seleção para a qual concorre.
2. Ao ser dado o sinal de início da prova confira se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
3. Verifique, na folha de respostas, se seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo estão corretos. Caso observe alguma discordância ocorrida em um dos itens anteriores, comunique ao Fiscal da sala e solicite a presença do Coordenador do local.
4. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões, mas somente as respostas assinaladas na folha de respostas serão objeto de correção.
5. Leia atentamente cada questão e assinale na folha de respostas a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
6. Observe as seguintes recomendações relativas a folha de respostas:
  - não haverá substituição por erro do candidato;
  - não deixe de assinar no campo próprio;
  - não pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
  - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
  - outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição da folha de respostas;
  - não serão consideradas questões:
    - não assinaladas;
    - com falta de nitidez;
    - com mais de uma alternativa assinalada.
7. O Fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções bem como prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova.
8. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue a folha de respostas.
10. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas.
11. Qualquer ocorrência diferente das relacionadas deve ser informada ao Coordenador do local.

Boa Prova